

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/09/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	28.313.622
Preferenciais	27.649.471
Total	55.963.093
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	11.983.897	11.384.862
1.01	Ativo Circulante	15.835	14.410
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.543	1.164
1.01.04	Estoques	65	510
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.734	2.239
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.734	2.239
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	3.734	2.239
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.854	6.564
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.639	3.933
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.639	3.933
1.02	Ativo Não Circulante	11.968.062	11.370.452
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	145.004	297.094
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	8.556	121.959
1.02.01.02.02	Aplicação financeira em garantia	8.556	121.959
1.02.01.07	Tributos Diferidos	111.874	109.676
1.02.01.07.02	ICMS a Recuperar	43.172	43.079
1.02.01.07.03	PIS/COFINS a Recuperar	24.865	25.911
1.02.01.07.04	Outros Impostos	43.837	40.686
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	13.823	18.145
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	37	36.646
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	37	36.646
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	10.714	10.668
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	10.714	10.668
1.02.03	Imobilizado	11.823.058	11.073.358
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	78.511	86.189
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	11.744.547	10.987.169

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	11.983.897	11.384.862
2.01	Passivo Circulante	292.733	291.459
2.01.02	Fornecedores	59.532	61.577
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	59.532	61.577
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.940	5.490
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.303	949
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	1.303	949
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	35	199
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.602	4.342
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	137.543	141.924
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	58.707	57.799
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	58.707	57.799
2.01.04.02	Debêntures	78.836	84.125
2.01.05	Outras Obrigações	9.642	9.094
2.01.05.02	Outros	9.642	9.094
2.01.05.02.05	Outros	9.642	9.094
2.01.06	Provisões	80.076	73.374
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	80.076	73.374
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	12.032	12.287
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	67.884	60.961
2.01.06.01.05	Provisões Ambientais	160	126
2.02	Passivo Não Circulante	9.262.673	8.627.654
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.953.108	5.775.998
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	400.857	436.336
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	400.857	436.336
2.02.01.02	Debêntures	5.552.251	5.339.662
2.02.02	Outras Obrigações	3.309.565	2.851.656
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.604.233	1.366.897
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	1.506.783	1.273.271
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	97.450	93.626
2.02.02.02	Outros	1.705.332	1.484.759
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.705.332	1.484.759
2.03	Patrimônio Líquido	2.428.491	2.465.749
2.03.01	Capital Social Realizado	3.579.759	3.579.759
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.151.268	-1.114.010

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.956	-30.297	-7.968	-30.490
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.744	-22.423	-8.189	-19.213
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.212	-7.874	221	-11.277
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-8.956	-30.297	-7.968	-30.490
3.06	Resultado Financeiro	-5.065	-6.961	-7.818	-18.880
3.06.01	Receitas Financeiras	2.075	9.631	1.306	4.171
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.140	-16.592	-9.124	-23.051
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-14.021	-37.258	-15.786	-49.370
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-14.021	-37.258	-15.786	-49.370
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-14.021	-37.258	-15.786	-49.370

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	-14.021	-37.258	-15.786	-49.370
4.03	Resultado Abrangente do Período	-14.021	-37.258	-15.786	-49.370

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-109.165	-220.260
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-14.692	-17.523
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-37.258	-49.370
6.01.01.02	Variação Monetária e Juros - líquido	6.860	7.749
6.01.01.03	Provisão para contingências	6.875	12.851
6.01.01.04	Baixa de Custo de Transação de Empréstimo	1.840	6.764
6.01.01.05	Provisão para perda de estoque	-688	-3.196
6.01.01.06	Depreciação	7.679	7.679
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-94.473	-202.737
6.01.02.01	Estoques	1.133	2.828
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	-89	-482
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-3.693	-1.719
6.01.02.04	Outras Contas a Receber	294	28
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	98	768
6.01.02.06	Partes Relacionadas	30.999	-4.748
6.01.02.07	Fornecedores	4.739	-8.968
6.01.02.08	Outras Contas a Pagar	548	2.046
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	-6	-176
6.01.02.10	Juros Pagos	-120.176	-176.454
6.01.02.11	Custos de transação pagos	-8.320	-15.860
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-138.616	-206.512
6.02.01	Aplicação Financeira Não Circulante	125.050	3.874
6.02.02	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-263.666	-210.386
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	248.160	427.311
6.03.01	Obtenção de financiamentos com partes relacionadas	100.000	100.000
6.03.02	Amortização de financiamentos com o BNDES	-14.079	-13.932
6.03.03	Amortização de financiamentos com o Itaú (FINAME)	-23	-1.310
6.03.04	Captação de AFAC com acionista CSN	220.573	430.012
6.03.05	Amortização de financiamentos com o BNB FNE	-10.766	-10.766
6.03.06	Amortização de financiamentos com o BNB M.ATUAL	-10.890	-10.890
6.03.07	Amortização Debêntures	-36.655	-65.803
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	379	539
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.164	1.259
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.543	1.798

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.579.759	0	0	-1.114.010	0	2.465.749
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.579.759	0	0	-1.114.010	0	2.465.749
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-37.258	0	-37.258
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-37.258	0	-37.258
5.07	Saldos Finais	3.579.759	0	0	-1.151.268	0	2.428.491

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.409.758	0	0	-1.052.149	0	2.357.609
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.409.758	0	0	-1.052.149	0	2.357.609
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-49.370	0	-49.370
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-49.370	0	-49.370
5.07	Saldos Finais	3.409.758	0	0	-1.101.519	0	2.308.239

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.01	Receitas	1.681	316
7.01.02	Outras Receitas	1.681	316
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.359	-14.521
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-529	2.000
7.02.04	Outros	-11.830	-16.521
7.03	Valor Adicionado Bruto	-10.678	-14.205
7.04	Retenções	-7.679	-7.679
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.679	-7.679
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-18.357	-21.884
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.631	4.171
7.06.02	Receitas Financeiras	9.631	4.171
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-8.726	-17.713
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-8.726	-17.713
7.08.01	Pessoal	11.098	8.095
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.110	6.750
7.08.01.02	Benefícios	1.706	1.048
7.08.01.03	F.G.T.S.	282	297
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.918	3.081
7.08.02.01	Federais	3.815	3.081
7.08.02.02	Estaduais	103	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.516	20.481
7.08.03.01	Juros	6.892	8.008
7.08.03.03	Outras	6.624	12.473
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-37.258	-49.370
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-37.258	-49.370

Comentário do Desempenho



COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

3ITR - 2023



Comentário do Desempenho

A Transnordestina Logística S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, sediada em Fortaleza-CE, com registro de companhia aberta, classe B, junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Companhia, não possui ações negociadas em bolsa de valores, sendo uma controlada em conjunto pela Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") e pela Infra S.A. (anteriormente denominada de VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.).

A Companhia encontra-se em fase de implantação, devendo assim permanecer até a conclusão da malha II. O cronograma aprovado, que prevê o término da obra para agosto de 2029, está atualmente revisado junto aos órgãos responsáveis. Contudo, a Administração da Companhia entende que novos prazos para conclusão do projeto não impactarão negativamente de forma substancial no retorno esperado do investimento.

A TLISA vem empreendendo esforços e investimentos no Projeto Transnordestina, que consiste na construção da malha ferroviária que ligará Eliseu Martins (PI) ao Porto do Pecém (CE), totalizando 1.206 km de malha. A ferrovia está sendo construída com bitolas larga e mista, com rampa máxima compensada de 1,0% sentido exportação, rampa máxima compensada de 1,5% sentido importação e raio mínimo de curva de 400 metros. O projeto visa a maximização dos recursos e minimização do tempo de implantação, assim como a garantia de serviços logísticos de alta qualidade e baixo custo, dada as características do projeto.

O orçamento do projeto, onde estima-se o valor por trecho, está assim composto: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$ 0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 3,2 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 7,3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 2,9 bilhões – obras realizadas no segmento em devolução e outros (Locomotivas e vagões para implantação da Superestrutura) montante de 0,4 bilhões, totalizando R\$ 14,9 bilhões.

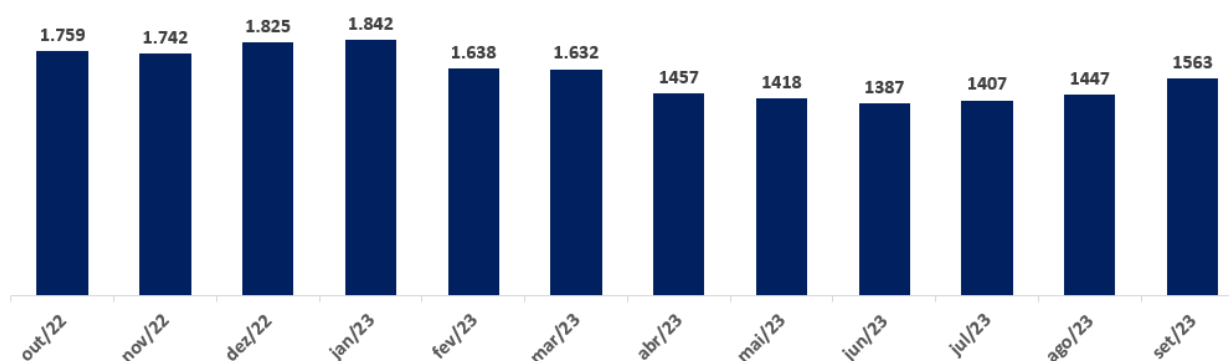
Em 2014 a concessão para prestação de serviços ferroviários da TLISA foi prorrogada por mais 30 anos, podendo encerrar-se até o ano de 2057.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados de 30 de setembro de 2023.

As demonstrações financeiras intermediárias foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Atualmente a obra possui 493 equipamentos de grande porte mobilizados, além de um quadro total de 1.563 pessoas alocadas, conforme demonstra a evolução do gráfico abaixo:



INVESTIMENTOS

O montante acumulado de desembolso financeiro diretamente atribuído ao projeto Transnordestina é de R\$ 7,330 bilhões, sendo R\$ 193,6 milhões investidos em 2023.

O avanço físico global conta com 860 km de grade ferroviária efetivamente montada.

Para melhor entendimento destacamos o andamento da obra em cada trecho do projeto:

- As obras do trecho Missão Velha/CE - Salgueiro/PE, com extensão de 96 km, foram iniciadas em julho/06. As obras neste trecho encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados.
- As obras do trecho Salgueiro/PE – Trindade/PE, com extensão de 163 km, foram iniciadas em janeiro de 2009. Atualmente as obras de Infraestrutura, OAE e Superestrutura encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados.

Comentário do Desempenho

- As obras do trecho Eliseu Martins/PI - Trindade/PE, com extensão de 420 km, representam um avanço de 87% de infraestrutura, 83% de OAE e 63% de Superestrutura, representando um avanço total de 80%.
- As obras do trecho Missão Velha/CE – Pecém/CE, com extensão de 527 km. O trecho tem 150 km de infraestrutura contratada, bem como possui 50 km de superestrutura, concluída em dezembro de 2022, e, em progresso, mais 100km de infraestrutura a ser concluída em dezembro 2023, com avanços de 35% em Infraestrutura, 46% em OAE (Obras de Artes Especiais) e 13% em Superestrutura, totalizando avanço de 31%.

No sumário executivo abaixo visualizamos o estágio atual das obras da Ferrovia Transnordestina, referente a 30 de setembro de 2023:



PESSOAL

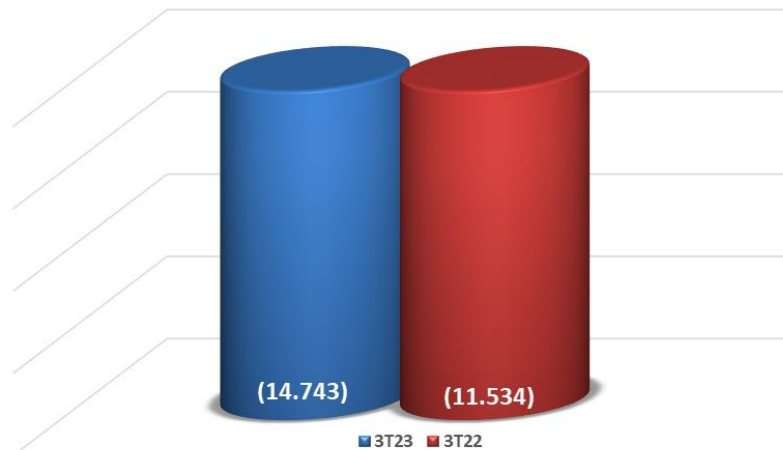
O número de colaboradores próprios da TLSA em 2023 é de 490 pessoas, no mesmo período de 2022 esse número era de 456 pessoas.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A empresa encontra-se em fase pré-operacional, desta forma, grande parte dos desembolsos são levados a Investimento – Imobilizado em Andamento – inclusive aqueles referentes à engenharia e mão de obra própria.

Comentário do Desempenho

EBITDA Ajustado



Em R\$ mil	3T23	3T22
Prejuízo do Período	(37.258)	(49.370)
(+) Despesas Financeiras Líquidas das receitas financeiras	6.961	18.880
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	7.680	7.679
LAJIDA (EBITDA)	(22.617)	(22.811)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	7.874	11.277
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado)*	(14.743)	(11.534)

*A companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R\$ 14.743 mil negativos em 2023. No mesmo período de 2022 o EBITDA ajustado foi de R\$ 11.534 mil negativos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

A contratação dos auditores independentes foi aprovada pelo conselho de administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional

A Transnordestina Logística S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, sediada em Fortaleza-CE, com registro de companhia aberta, classe B, junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A Companhia, não possui ações negociadas em bolsa de valores, sendo uma controlada em conjunto pela Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”) e pela Infra S.A. (anteriormente denominada de VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.).

A Companhia tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 1997, foi assinado o contrato de concessão entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, por um período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A Malha Nordeste engloba 7 (sete) Estados da Federação, desde a divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas até o Estado do Maranhão, com uma extensão total de 4.534 km, conforme Edital PND/A-02/97/RFFSA do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Em 25 de novembro de 2005, a Companhia e seus acionistas, na época a Companhia Siderúrgica Nacional e a Taquari Participações S.A., em conjunto com os órgãos da administração pública: União Federal, Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE, atual Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE), Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDES Participações (BNDESPAR) firmaram protocolo de intenções para realização de projeto de infraestrutura denominado “Projeto Transnordestina”.

Notas Explicativas

A então nova ferrovia, com extensão de 1.753 km, previa a ligação do terminal ferroviário, em Eliseu Martins (PI) aos dois modernos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando pela cidade de Salgueiro (PE). A Transnordestina Logística S.A. entende que este é um projeto estruturante que permitirá aumentar a competitividade de diversas cadeias produtivas localizadas ao longo da ferrovia.

Em 2006 iniciaram-se as obras no trecho Missão Velha (CE) a Salgueiro (PE) e em 2009 iniciaram-se as obras no trecho Salgueiro (PE) a Trindade (PE).

Em 11 de janeiro de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu à Transnordestina Logística S.A, registro inicial de companhia aberta. A abertura de capital foi necessária para fins de observância a exigência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, quando da aprovação da incorporação da Transnordestina pela então Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, anterior razão social da Companhia.

Em 22 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela ANTT, através da Resolução 4.042, a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, bem como a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II).

Adicionalmente, nesta mesma Resolução, a ANTT considerou que o prazo original da concessão é insuficiente para amortizar os investimentos a serem feitos para viabilização das obras dos novos ramais da malha nordeste, implicando a necessidade de prorrogação do prazo original da concessão, dentro das limitações previstas no contrato de concessão original.

Em 20 de setembro de 2013 a Companhia assinou Acordo de Investimentos juntamente com acionistas e órgãos financiadores, cujo orçamento vigente era de R\$ 7,542 bilhões (em substituição aos R\$ 5,422 bilhões iniciais), sendo, R\$ 1,888 bilhões provenientes da CSN, R\$ 230 milhões do acionista Infra S.A. (anteriormente denominada de VALEC, empresa pública controlada pelo Governo Federal), R\$ 1,143 bilhões de aumento de capital com recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), R\$ 180 milhões referente a empréstimo com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), R\$ 225 milhões de recursos a título de empréstimos, provenientes do BNDES e R\$ 3,876 bilhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 27 de dezembro de 2013, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a cisão parcial dos ativos e passivos referentes à Malha I, tendo sido estes incorporados pela FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Em 22 de janeiro de 2014, foi assinado o contrato de concessão entre a União, por intermédio da ANTT, e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, até o ano de 2057, devendo o poder concedente declarar extinta a concessão, uma vez alcançada a taxa de retorno de 6,75% a.a. (seis inteiros e setenta e cinco por cento ao ano) atualizado pelo IPCA, referente aos trechos que compõem a Malha II.

A prestação dos serviços ferroviários de que trata o contrato de concessão é realizada com a utilização de ativos cuja construção se encontra em andamento e sendo executada com recursos próprios da Companhia e da União, conforme Acordo de Investimento celebrado entre os acionistas.

Desta forma, durante o período de obras do “Projeto Transnordestina”, haverá utilização de bens alugados ou pertencentes à Companhia e, posteriormente, após a liberação dos trechos pelo Poder Concedente, estes, passarão à condição de arrendados.

À Companhia compete a obrigação de execução das obras de implantação dos trechos ferroviários, bem como a obtenção dos financiamentos necessários à execução do objeto contratual da concessão. Não há previsão para cobrança, pelo Poder Concedente, de contrapartida financeira sobre a concessão do direito de exploração de serviço público de transporte ferroviário de cargas à Companhia.

O Tribunal de Contas da União - TCU, por meio de decisão cautelar emitida em maio de 2016, referente ao processo TC 012.179/2016, proibiu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Infra

Notas Explicativas

S.A. (anteriormente denominada de VALEC), FINOR, FNE, FDNE, BNDES e BNDESPAR. Após a apresentação de recurso contra a decisão cautelar e fornecidas as devidas explicações, em junho de 2016 a decisão liminar proferida pelo TCU foi revogada por unanimidade dos membros deste tribunal, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados.

O FINOR aprovou através do Despacho nº 12 e Portaria nº 60, ambos do Ministério da Integração, a readequação orçamentária do projeto, que foi concluída em julho de 2016. Em relação ao FDNE, cujo agente operador é o Banco do Nordeste do Brasil, a Companhia aguarda a conclusão do processo de readequação orçamentária.

Por meio de nova decisão cautelar emitida em janeiro de 2017, ainda referente ao processo TC 012.179/2016, o TCU proibiu novamente os repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Infra S.A. (anteriormente denominada de VALEC), FINOR, FNE, FDNE, BNDES e BNDESPAR. Em 11 de março de 2020 o processo foi inserido na Pauta de Julgamento do TCU, nesta mesma data o processo foi retirado de pauta por tempo indeterminado.

Em 2020, após tramitação de procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), no qual se avaliou o regular cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão pela Companhia, a ANTT propôs à União a declaração da caducidade do Contrato de Concessão da TLSA e a instauração de processo administrativo no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER.

Em 23 de dezembro de 2022, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a União, por meio da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), e a empresa Transnordestina Logística S/A (TLSA), com interveniência do DNIT, o qual, em síntese, altera o escopo a ser implementado na malha da Ferrovia Transnordestina, bem como adequa os investimentos obrigatórios e os respectivos prazos, conforme diretrizes amplamente discutidas ao longo do segundo semestre de 2022 pelos diversos atores públicos envolvidos na concessão.

As alterações promovidas no Contrato de Concessão pelo Ministério da Infraestrutura e pela ANTT, na condição de representantes da administração pública federal, visaram a atender as orientações e determinações do Tribunal de Contas da União e à maximização do interesse público ínsito à implantação do Projeto Nova Transnordestina, com destaque para a previsão da devolução do trecho Salgueiro-Porto de Suape, o que resulta em projeto com os atuais 1.206 km de malha ferroviária e prazo de conclusão até dezembro de 2029.

Com esse ato, igualmente, se pôs fim à discussão do referido procedimento administrativo de recomendação de caducidade, que tramitava por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), o que somente foi possível com a superação das seguintes questões junto à ANTT e TCU: (a) Revogação em 27 de setembro de 2022 – através do Acórdão do TCU 1708-2022 – da medida cautelar objeto do subitem 9.2 do Acórdão 2.532/2017-Plenário, a qual suspendia à época novos repasses de recursos públicos à TLSA, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados; e (b) Aprovação pela ANTT dos projetos executivos e orçamento regulatório, com a publicação no Diário Oficial da União – DOU a Deliberação nº 238, de 13 de julho de 2021, por meio da qual aprovou os projetos executivos para a ferrovia da TLSA, bem como através da Deliberação ANTT nº 302 ANTT, por meio da qual aprovou a atualização do orçamento regulatório do empreendimento da ferrovia, no valor de R\$ 12,7bi.

A Administração considera que os investimentos permitirão que a Transnordestina Logística S.A. (“TLSA”), concessionária detentora do Projeto Transnordestina, realize o transporte de vários produtos, como soja, milho, minério de ferro, pedra calcária, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis, tendo a TLSA obtido as autorizações ambientais exigidas para os trechos em obra, cuja implementação está avançada, tendo sido concluída a “fase I” no trecho do estado do Piauí até a cidade de São Miguel do Fidalgo, seguindo com obras de superestrutura e infraestrutura no trecho do estado do Ceará.

Notas Explicativas

Situação econômico-financeira

A Companhia encontra-se em fase de implantação, devendo assim permanecer até a conclusão da malha II. O cronograma aprovado, que prevê o término da obra para agosto de 2029, está atualmente revisado junto aos órgãos responsáveis. Contudo, a Administração da Companhia entende que novos prazos para conclusão do projeto não impactarão negativamente de forma substancial no retorno esperado do investimento.

Ainda que em 30 de setembro de 2023 a Companhia apresente capital circulante líquido negativo de R\$ 276.898, a Companhia conta com recursos de seus acionistas e de terceiros para conclusão da obra, que vem sendo disponibilizados, com base em acordos anteriormente celebrados e nas discussões recentes entre as partes envolvidas. Conforme o Acordo de Investimentos, à CSN caberá a responsabilidade de aportar recursos extraordinários, se houver necessidade de investimentos que ultrapassem o orçamento acordado, em troca de contrato de uso da via permanente.

Em dezembro de 2022, a diretoria da Companhia submeteu e aprovou junto ao Conselho de Administração para 2023 a proposta orçamentária de R\$ 944 milhões, sendo R\$ 735 milhões destinados aos investimentos do projeto, dos quais R\$ 504 milhões destinados às execuções de obra. Durante o período findo em 30 de setembro de 2023, houve ingresso de recursos pelo acionista privado no montante de R\$ 320.574 (Nota Explicativa nº 14).

Até 30 de setembro de 2023 foram investidos no projeto recursos oriundos das seguintes fontes: FINOR R\$ 587 milhões, FNE R\$ 180 milhões, FDNE R\$ 3,065 bilhões, BNDES R\$ 225 milhões, Infra S.A. R\$ 1,125 bilhões e CSN R\$ 2,148 bilhões.

Em 30 de setembro de 2023, o estágio das obras apresentava o seguinte avanço, por trecho: Salgueiro (PE) - Missão Velha (CE) – extensão total de 96 quilômetros com avanço de 100% * (concluído), Salgueiro (PE) - Trindade (PI) – extensão total de 163 quilômetros com avanço de 100% * (concluído), Eliseu Martins (PI) - Trindade (PI) – extensão total de 420 quilômetros com avanço de 80% * e Missão Velha (CE) - Pecém (CE) – extensão total de 527 quilômetros com avanço de 31% *.(*** As informações não fazem parte do escopo de revisão ou exame dos auditores independentes**).

Atualmente estão mobilizados os canteiros de obras:

- do município de Simplício Mendes, no estado do Piauí, com execução pela Construtora Via Magna;
- do município de Iguatu, no estado do Ceará, com execução pela Construtora Marquise; e
- do município de Salgueiro, no estado do Pernambuco, com execução própria de produção de insumos e apoio logístico para a execução da Superestrutura.

Atualmente estão em andamento as obras de infraestrutura nos lotes 01, 02 e 03 do trecho que liga Missão Velha ao Porto de Pecém (MVP), após conclusão dos 50 km de superestrutura no lote 01 prosseguindo com a execução dos serviços de superestrutura dos 100km (lotes 02 e 03) do mesmo trecho (MVP), bem como a execução de serviços complementares (alívio de tensão e correção geométrica) nos lotes 03 (14 km finais), 04, 05, 06 do trecho EMT. Os recursos utilizados na obra nos anos de 2019 a 2023 foram aportados pelo acionista privado (“CSN”).

As fontes de financiamento do projeto são: (i) financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/FNE e BNDES, (ii) debêntures de emissão do FDNE, (iii) contratos de uso da Via Permanente e (iv) aporte de capital pela CSN e acionistas públicos.

A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 50,97% das debêntures de emissão do FDNE (considera 48,47% de garantia corporativa, 1,25% de carta fiança para o BNB e 1,25% de garantia corporativa para o BNB). Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal nº 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, até 50% das debêntures poderão ser convertidas em ações da TLSA.

Notas Explicativas

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A autorização para emissão dessas informações financeiras intermediárias foi dada pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de novembro de 2023.

b) Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras intermediárias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Continuidade operacional

A administração da Companhia preparou suas informações financeiras intermediárias com base no pressuposto de continuidade operacional, tendo em vista o compromisso de seus acionistas, principalmente o acionista privado em fazer os aportes necessários para honrar os compromissos da Companhia nos próximos doze meses. Tendo em vista que a Companhia está em fase pré-operacional e depende dos recursos de seus acionistas para honrar seus compromissos nos próximos doze meses, este é um julgamento contábil crítico.

- Análise de recuperabilidade (*Impairment*) do ativo imobilizado

A cada encerramento de exercício a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

- Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências

Notas Explicativas

disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis estão corretamente apresentadas nas informações financeiras intermediárias e são suficientes para cobrir prováveis perdas.

- Não aplicação do IFRIC 12 - “*Service Concessions Agreements*” (Contratos de Serviço de Concessão)

Conforme a interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, sobre a IFRIC 12 - “*Service Concessions Agreements*”, para que um contrato de concessão seja aderente a IFRIC 12 é necessário o atendimento de todos os seguintes critérios: (i) regulamentação e controle da concessionária pela concedente; (ii) determinação de preço; e (iii) determinação dos clientes aos quais serão destinados os serviços. O contrato de concessão da Companhia não especifica a quem serão destinados os serviços e não determina os preços, apenas limites máximos, o que proporciona uma margem significativa para negociações comerciais.

Com base no confronto realizado entre os critérios para enquadramento na IFRIC 12 – “*Service Concessions Agreements*” e o Contrato de Concessão para Exploração e Desenvolvimento do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Carga na Malha Nordeste, a Administração da Companhia entende que a adoção da IFRIC 12 não é aplicável.

3. Principais políticas contábeis

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Dessa forma, as informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	1.543	1.164
Total	1.543	1.164

As aplicações financeiras, são de liquidez imediata, referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB e Fundos de Investimentos, remunerados a taxa de 20% do CDI e 100% do CDI, respectivamente. As aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento sem mudança significativa em seu valor de face.

5. Estoques

	30/09/2023	31/12/2022
Estoques	6.482	7.615
Perdas estimadas em estoque	(6.417)	(7.105)
Total	65	510

Notas Explicativas

Movimentação para perdas estimadas em estoques:

	30/09/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(7.105)	(10.382)
(+) Adições no período	-	-
(-) Reversões no período	688	3.277
(=) Saldo final	(6.417)	(7.105)

A provisão para perda de estoque é composta principalmente por materiais que tem aplicação direta em superestrutura e estão sem movimentação à longa data. O cálculo da provisão para perda de estoque é realizado com base em política interna da companhia e trata-se de um cálculo realizado por estimativa. A provisão poderá ser revertida de acordo com a utilização dos itens.

6. Impostos a recuperar

	30/09/2023	31/12/2022
ICMS (a)	43.172	43.079
PIS (b)	5.042	4.948
Cofins (b)	21.115	20.964
IRPJ (c)	46.279	42.924
Total	115.608	111.915
Circulante	3.734	2.239
Não circulante	111.874	109.676

(a) ICMS a recuperar

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente do Projeto Transnordestina, conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia vem gerando créditos de ICMS. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação.

(b) PIS e Cofins a recuperar

Trata-se de créditos de PIS e Cofins calculados sobre o valor das aquisições de ativo imobilizado. O custo das aquisições é contabilizado pelo valor líquido de tais créditos. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação, através da compensação com obrigações de mesma natureza na proporção de 1/12 por mês, conforme opção permitida pela Lei nº 10.865/04.

(c) IRPJ sobre aplicação financeira

Refere-se em sua maior parte ao imposto de renda incidente das aplicações financeiras do fundo de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, mencionado na Nota Explicativa nº 8, como também o registro da atualização monetária oriunda da apuração de imposto de renda com base negativa.

7. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante e não circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros. Trata-se de despesas com seguros de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil referente à obra de construção da ferrovia Transnordestina, seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia, bem como, licença para utilização de softwares, os quais são capitalizados mensalmente, e os seguros garantia são apropriados.

Notas Explicativas

	30/09/2023	31/12/2022
Risco de engenharia	16.398	19.998
Responsabilidade civil	1.505	1.836
Seguro garantia	2.584	2.729
Outros	190	146
Total	20.677	24.709
Circulante	6.854	6.564
Não circulante	13.823	18.145

Movimentação no período:

	Risco de engenharia	Responsabilidade civil	Seguro garantia	Outros	Total
Saldo em 31/12/2022	19.998	1.836	2.729	146	24.709
(+) Adições no período	-	-	1.671	590	2.261
(-) Apropriações no período	(3.600)	(331)	(1.816)	(546)	(6.293)
(=) Saldo em 30/09/2023	16.398	1.505	2.584	190	20.677

8. Aplicações financeiras em garantia

As aplicações financeiras no montante de R\$ 8.556 (R\$ 121.959 em 31 de dezembro de 2022), referem-se aos fundos de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante são compostas por fundo de liquidez do FDNE e FNE, onde serão mantidas até o término dos respectivos contratos de debêntures e financiamentos, sendo em 2056 (FDNE) e 2031 (FNE), e são remuneradas a uma taxa de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 20 de setembro de 2023 foi utilizado o recurso da Conta Reserva do FDNE nº 18156-3, no montante de R\$ 121.009 para amortização da parcela vencida em 19 de setembro de 2023 da Escritura Pública da 1ª (primeira) Emissão Privada de Debêntures e seus aditivos, na forma prevista na cláusula 4.14.5.6 (Fundo de Liquidez).

9. Imobilizado

	Taxa anual de Depreciação/ amortização (% a.a.)	30/09/2023		31/12/2022
		Custo	Depreciação/ amortização	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	77.991	(18.198)	59.793
Vagões e veículos	10	2.400	(560)	1.840
Equipamentos de telecomunicação	10	76	(14)	62
Outras imobilizações	13	21.933	(5118)	16.816
Total imobilizado em operação		102.400	(23.889)	78.511
Imobilização em andamento (a)		11.744.547	-	11.744.547
Total imobilizado		11.846.947	(23.889)	11.823.058

(a) Conforme nota explicativa nº 01, parte deste ativo será devolvido ao poder concedente nos termos do aditivo contratual firmado.

Notas Explicativas

Revisão da vida útil

A partir de 1º de janeiro de 2017 entrou em vigor a Resolução nº 4540 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que regulamenta as taxas de depreciação e de amortização anuais para os ativos das concessionárias detentoras do direito de exploração de infraestrutura ferroviária. Em consonância com a resolução a Companhia adota as taxas aplicadas pelo órgão regulador.

Movimentação do período:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação/ Amortização	Saldo em 30/09/2023
Máquinas e equipamentos	65.642	-	(5.849)	59.793
Vagões e veículos	2.020	-	(180)	1.840
Equipamentos de telecomunicação	67	-	(5)	62
Outras imobilizações	18.461	-	(1.645)	16.816
Total imobilizado em operação	86.190	-	(7.679)	78.511
Imobilização em andamento	10.987.168	757.379	-	11.744.547
Total imobilizado	11.073.358	757.379	(7.679)	11.823.058

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação/ Amortização	Saldo em 30/09/2022
Máquinas e equipamentos	73.441	-	(5.849)	67.592
Vagões e veículos	2.260	-	(180)	2.080
Equipamentos de telecomunicação	73	-	(5)	68
Outras imobilizações	20.654	-	(1.645)	19.009
Total imobilizado em operação	96.428	-	(7.679)	88.749
Imobilização em andamento	10.061.142	652.270	-	10.713.412
Total imobilizado	10.157.570	652.270	(7.679)	10.802.161

a) Imobilizado em andamento:

	31/12/2022	Adições	30/09/2023
Infraestrutura	1.989.218	49.139	2.038.357
Juros capitalizados	3.802.033	495.287	4.297.320
Terraplanagem	1.534.052	63.953	1.598.005
Construção de obras de artes especiais	1.121.312	-	1.121.312
Superestrutura	944.875	79.792	1.024.667
Outros gastos de implantação	686.736	50.775	737.511
Drenagem e obras de arte corrente	358.501	-	358.501
Gerenciamento e elaboração de projetos	268.241	12.519	280.760
Almoxarifado de obras em andamento	210.168	3.869	214.037
Gestão ambiental	72.032	2.045	74.077
Total Imobilizado em andamento	10.987.168	757.379	11.744.547

Notas Explicativas

	31/12/2021	Adições	30/09/2022
Infraestrutura	1.924.581	48.118	1.972.699
Juros capitalizados	3.212.276	433.316	3.645.592
Terraplanagem	1.471.489	47.177	1.518.666
Construção de obras de artes especiais	1.121.312	-	1.121.312
Superestrutura	839.911	70.340	910.251
Outros gastos de implantação (i)	609.121	41.434	650.555
Drenagem e obras de arte corrente	358.501	-	358.501
Gerenciamento e elaboração de projetos	258.390	7.547	265.937
Almoxarifado de obras em andamento	196.385	2.057	198.442
Gestão ambiental	69.176	2.281	71.457
Total Imobilizado em andamento	10.061.142	652.270	10.713.412

Valor recuperável dos ativos

A Companhia efetuou a análise de premissas e indicativos referentes ao valor recuperável de seus ativos (“*Impairment*”) na data base de 31 de dezembro de 2022, bem como revisou e atualizou os cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação, e não identificou necessidade de reconhecer nenhuma perda. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso para os ativos que não serão devolvidos ao Estado e valor justo líquido para o trecho a ser devolvido, conforme termo aditivo nº 1 firmado em 23 de dezembro de 2022. Este termo prevê a devolução do trecho Salgueiro x Suape e das condições existentes para mensuração do valor justo líquido (valor indenizável) à Companhia. O valor em uso foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente. Abaixo seguem as principais premissas utilizadas nas análises efetuadas da data base de 31 de dezembro de 2022:

A taxa de desconto utilizada reflete as avaliações atuais de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Essa taxa representa o retorno que os investidores exigiriam se tivessem de escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de valores, tempo e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera extrair do ativo. A Companhia utilizou uma taxa média ponderada de capital (WACC) para descontar os fluxos de caixa operacionais e mensurar o valor presente líquido dos ativos. Essa taxa foi calculada de acordo com o custo e a participação do capital próprio e do capital de terceiros na estrutura da Companhia, determinados conforme descrito abaixo:

- Custo do capital próprio: foi utilizada a metodologia CAPM (“*Capital Asset Pricing Model*”) que consiste em determinar a taxa de rentabilidade exigida pelos investidores como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos. A Companhia utilizou dados atuais para determinação dos parâmetros do CAPM, dentre os quais a alíquota de IR/CSLL e o beta alavancado flutuam anualmente de acordo com as projeções e os demais parâmetros permanecem fixos.
- Custo do capital de terceiros: foi determinado de acordo com a média ponderada dos custos dos instrumentos de dívida já contratados e projetados durante o período da concessão.
- Estrutura de capital: a participação do capital de terceiros na estrutura da Companhia foi calculada através da relação entre o saldo das dívidas a cada ano e o total de capital. Já a participação do capital próprio foi determinada através da diferença entre o Valor Presente Líquido (VPL) dos fluxos de caixa operacionais e o saldo das dívidas a cada ano, ou seja, o valor de mercado para os acionistas.

A taxa de desconto, após os impostos, utilizada para mensurar o valor em uso, considerou estrutura de capital dinâmica, variando durante o período projetivo entre 5,32% e 6,99% em termos reais. As projeções de fluxo de caixa contemplaram as expectativas de contratos com base no estudo de cargas realizado por consultor independente contratado em 2017, estudos de mercado realizados em 2018, e ainda a atualização das premissas chaves tais como taxa de inflação, WACC e custos, que são atualizadas anualmente pela administração a fim de refletir as condições de mercado. Foi efetuada uma

Notas Explicativas

reconciliação entre as taxas de desconto post-tax e pre-tax e não foram identificadas variações relevantes no valor final do fluxo. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2022, são as que seguem:

Receita líquida anual média do início da operação até 2032 - R\$	1.760.000
Receita líquida anual média após 2032 - R\$	4.343.000
Média anual da taxa de desconto após impostos - WACC Post-tax (real)	5,89 %
Investimento a incorrer – R\$	5.279.000

As projeções utilizadas, representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos, envolvendo julgamento e utilização de informações prospectivas, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e de consultoria especializada contratada, e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações que representem impactos materiais nestas informações financeiras intermediárias.

10. Fornecedores

O saldo de fornecedores contempla as provisões com base nas medições do avanço da obra, fornecidas pelas principais construtoras contratadas.

Apresentamos abaixo os principais fornecedores em aberto na data base de 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Fornecedor	30/09/2023	31/12/2022
Construtora Marquise	25.068	5.741
Zurich Minas Seguros	3.960	11.880
Via Magna Construções	6.191	22.132
Outros fornecedores diversos	24.313	21.824
Total	59.532	61.577

11. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Vencimento	Encargos	30/09/2023	31/12/2022
BNDES (a)	2033	TJLP + 1,30% a.a.	235.034	247.056
BNB (b)	2031	7,5% a.a.	224.530	247.056
Banco Itaú (c)	2023	5,5% a.a.	-	23
Total			459.564	494.135
Circulante			58.707	57.799
Não circulante			400.857	436.336

Movimentação do período

Tipo	Saldo em 31/12/2022	Atualização Financeira (*)	Amortização de principal	Amortização de juros	Custo de transação	Saldo em 30/09/2023
BNDES (a)	247.056	15.068	(14.079)	(13.058)	47	235.034
BNB (b)	247.056	12.854	(21.656)	(13.724)	-	224.530
Banco Itaú (c)	23	-	(23)	-	-	-
Total	494.135	27.922	(35.758)	(26.782)	47	459.564

(*) A atualização financeira inclui R\$ 21.062 capitalizados e R\$ 6.860 de despesas de juros.

Notas Explicativas

Tipo	Saldo em 31/12/2021	Atualização Financeira (*)	Amortização de principal	Amortização de juros	Custo de transação	Saldo em 30/09/2022
BNDES (a)	264.070	14.979	(13.932)	(13.840)	(359)	250.918
BNB (b)	277.012	14.523	(21.656)	(15.402)	-	254.477
Banco Itaú (c)	1.408	19	(1.310)	(22)	-	95
Total	542.490	29.521	(36.898)	(29.264)	(359)	505.490

(*) A atualização financeira inclui R\$ 21.772 capitalizados e R\$ 7.749 de despesas de juros.

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Financiamento destinado aos investimentos na construção do Projeto Transnordestina. A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros são pagos mensalmente desde julho de 2016. Os financiamentos serão amortizados, em até 17 anos, sendo o primeiro iniciado em julho de 2016, garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2033.

Cronograma de desembolsos:

	30/09/2023	31/12/2022
2023	5.001	19.059
2024	22.987	22.775
2025	24.373	24.163
2026	24.373	24.163
2027 a 2033	158.300	156.896
Total	235.034	247.056

(b) Banco do Nordeste do Brasil – BNB

Os financiamentos contraídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, são destinados à execução das obras e serviços do trecho de recuperação da malha ferroviária entre as cidades de Salgueiro a Trindade, vinculado ao Projeto Transnordestina e revitalização da malha atual. A taxa de juros pactuada é 10% a.a. com bônus de adimplência que faz a taxa recuar para 7,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Em fevereiro de 2017 foi realizado aditivo contratual onde foi concedido uma carência entre fevereiro de 2017 e março de 2020, com vencimento repactuado para 2031 (anteriormente 2027), sendo os juros exigidos trimestralmente nesse período e mensalmente quando iniciar a amortização. A garantia é 50% por carta de fiança bancária e 50% por fiança corporativa pela CSN. Cronograma de desembolsos:

	30/09/2023	31/12/2022
2023	15.195	37.720
2024	28.875	28.875
2025	28.875	28.875
2026	28.875	28.875
2027 a 2031	122.710	122.710
Total	224.530	247.056

(c) Banco Itaú BBA S.A - Banco Itaú

O financiamento celebrado junto ao Banco Itaú, provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), tem por finalidade a aquisição de 34 vagões do tipo PNT e 37 vagões do tipo HNT, com modernização dos equipamentos da Companhia. A taxa de juros pactuada é 5,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente desde a assinatura do contrato. Os empréstimos são amortizados mensalmente, em até 8 anos (ambos

Notas Explicativas

de 2014 a 2023). A garantia é por meio de alienação fiduciária.

Cronograma de desembolsos:

	30/09/2023	31/12/2022
2023	-	23
Total	-	23

A Companhia não possui ativos em garantias aos financiamentos contratados.

Cláusulas restritivas

Os financiamentos com o BNDES e BNB em suas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação física e documental as aquisições e investimentos realizados no ativo imobilizado, para o projeto Nova Transnordestina.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas até a data da emissão destas informações contábeis.

12. Debêntures

No exercício de 2010, a Companhia aprovou a emissão de até R\$ 2.672.400 em debêntures conversíveis em ações, sendo aditado em julho de 2014 para R\$ 3.876.492. Os papéis serão subscritos pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 30 de setembro de 2023, o saldo das debentures emitidas é de R\$ 5.631.087 (R\$ 5.423.787 em 31 de dezembro de 2022), conforme segue:

	Data da emissão	Principal	Atualização financeira	Saldo atualizado em 30/09/2023	Saldo atualizado em 31/12/2022
1ª Emissão	09/03/2010	312.978	390.641	703.619	677.717
2ª Emissão	25/11/2010	325.643	375.939	701.582	675.755
3ª Emissão	01/12/2010	314.269	362.477	676.746	651.833
4ª Emissão	04/10/2011	435.368	456.561	891.929	859.094
5ª Emissão	19/09/2012	113.292	106.260	219.552	211.469
6ª Emissão	24/06/2013	604.299	522.280	1.126.579	1.085.105
7ª Emissão	11/08/2014	743.753	567.327	1.311.080	1.262.814
Total		2.849.602	2.781.485	5.631.087	5.423.787
Circulante				78.836	84.125
Não circulante				5.552.251	5.339.662

Todas as debêntures emitidas têm valor nominal unitário de R\$ 1,00, vencimento em 19 de setembro de 2056 e juros de TJLP + 0,85% a.a.

Movimentação no período:

Saldo 31/12/2022	Atualização financeira (a)	Amortização de principal (b)	Amortização de juros (b)	Saldo 30/09/2023
5.423.787	337.349	(36.655)	(93.394)	5.631.087

Notas Explicativas

Saldo 31/12/2021	Atualização financeira (a)	Amortização de principal (b)	Amortização de juros (b)	Saldo 30/09/2022
5.228.397	299.343	(65.803)	(147.190)	5.314.747

- (a) Todos os juros incorridos e encargos financeiros relativos às debêntures emitidas para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados.
- (b) A administração solicitou ao BNB e a Sudene a repactuação do financiamento com recursos do FDNE, pleiteando a postergação do pagamento da parcela vincenda em 19 de setembro de 2020 por 360 dias, que foi concedida pela Sudene no dia 12 de novembro de 2020. Em 26 de maio de 2021 a Companhia entregou a Sudene o pedido de suspensão pelo prazo de 12 meses, das obrigações devidas e programadas para o vencimento de 21 de setembro de 2021, bem como, toda e qualquer remuneração relativa as debentures da TLSA conversíveis em ações que pudesse ser considerada vencida até 31 de dezembro de 2021. Em 17 de setembro de 2021 a SUDENE respondeu o pedido adiando pelo prazo de 45 dias, a partir da data do vencimento da parcela, o pagamento da mesma. Em 01 de dezembro de 2021 a SUDENE decidiu manter a data de vencimento da quinta parcela relativa ao exercício de 2021 em 03 de dezembro de 2021 e instituiu novo cronograma de reembolso da quarta parcela, relativa ao exercício de 2020, as quais foram pagas nas seguintes datas: 21 de fevereiro de 2022, 20 maio de 2022 e 22 de agosto de 2022, as quais foram integralmente liquidadas nas datas acordadas.

As debêntures conversíveis não determinam uma quantidade fixa de ações, sendo o número de ações determinado na data da conversão em função do saldo da dívida com o FDNE e do valor patrimonial das ações da TLSA. O montante a ser convertido em ações é o próprio saldo da dívida na data da conversão. Desta forma, ao analisar a aplicação de segregação contábil entre passivo financeiro e instrumento de dívida, a administração concluiu que o instrumento fosse registrado integralmente como passivo financeiro.

O objetivo principal da emissão das debêntures foi o Governo Federal financiar a obra da nova malha ferroviária e honrar com o prazo da concessão. As debêntures não possuem valor de mercado.

Em 4 de agosto de 2014, foi assinado o 9º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 3 de abril de 2015, foi adiado para 19 de setembro de 2017, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Em 13 de outubro de 2017, foi assinado o 10º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 19 de setembro de 2017, foi adiado para 18 de março de 2018, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Conversibilidade

Conforme cláusula de conversibilidade e acordo de acionistas assinado em 20 de setembro de 2013, as debêntures serão convertidas em ações pela SUDENE/FDNE, no vencimento da primeira parcela de amortização ou resgate, e limitadas a 50% no primeiro vencimento.

As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, em que o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

Vencimento antecipado das debêntures

Poderá ser imediatamente declarada vencida e pagável a soma total das debêntures até então subscritas e integralizadas, acrescidas das remunerações, pena convencional e multas, se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- Incorrer em atraso injustificado por mais de 15 dias no pagamento do principal e/ou encargos;
- Sustar ou interromper suas atividades por mais de 30 dias ou vier a ser cindida, fundida ou incorporada, salvo prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;

Notas Explicativas

- Pedir recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou for decretada a falência;
- Descumprir obrigações decorrentes de operações financeiras da Companhia ou de seus acionistas controladores, e também obrigações financeiras assumidas perante o BNB;
- Promover modificações no controle acionário, sem prévia aprovação da SUDENE e ouvido o BNB;
- Descumprimentos das regras gerais do regulamento do FNDE e demais disposições legais aplicáveis;
- Aplicar recursos em desacordo com o estabelecido no projeto aprovado pela SUDENE;
- Não manter o registro na CVM impossibilitando o processo de conversão das debêntures em ações;
- O não cumprimento das salvaguardas contratuais, bem como alienação ou constituição de ônus sobre os bens do projeto sem a prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB.
- Deixar de reforçar as garantias em até 30 dias após notificação do BNB nesse sentido, se ocorrer fatos que determine a diminuição das garantias oferecidas.

Garantias

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória. A relação entre o total de garantias e debêntures é de 238,01%.

Em 30 de setembro de 2023, o valor total da garantia é R\$ 9.226.000 e o montante de principal do contrato de escritura das debêntures é R\$ 3.876.000. Relação das garantias:

Fiança corporativa da CSN até o limite de 48,47% do valor nominal das debêntures em aberto, devidamente atualizado, sendo a fiança irrevogável e irretroatável para todos os fins legais; Fundo de liquidez representado por aplicações financeiras em conta corrente;

- a) Direitos indenizatórios sobre os ativos do Projeto, representados pelas obras civis realizadas pela empresa e oriundos do Contrato de Concessão;
- b) Penhor de direitos creditórios oriundos dos contratos operacionais que futuramente serão celebrados;
- c) Contratação de seguro garantia, de acordo com o padrão de mercado e de forma individualizada para cada módulo do projeto.
- d) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, no valor referencial de R\$ 209.971.

Em 30 de setembro de 2023 a Companhia cumpriu com as restrições contratuais e garantias acima referenciadas, bem como não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas/garantias.

13. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia é ré em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência histórica referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Notas Explicativas

	30/09/2023			31/12/2022
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Líquido
Cível	67.884	(940)	66.944	60.021
Trabalhistas	12.032	(8.767)	3.265	3.566
Ambiental	160	(1.007)	(847)	(881)
Total	80.076	(10.714)	69.362	62.706

Movimentação dos processos no período:

	Saldo inicial	Adição	Reversão (d)	Utilização	Saldo final
	31/12/2022				30/09/2023
Cíveis (a)	60.961	7.860	(937)	-	67.884
Trabalhista (b)	12.287	1.334	(1.546)	(43)	12.032
Ambiental (c)	126	39	(5)	-	160
Total	73.374	9.233	(2.488)	(43)	80.076

	Saldo inicial	Adição	Utilização	Reversão (d)	Saldo final
	31/12/2021				30/09/2022
Cíveis (a)	60.144	14.820	(14.428)	(248)	60.288
Trabalhista (b)	16.020	3.507	(2.016)	(5.213)	12.298
Ambiental (c)	1.175	61	-	(1.117)	119
Total	77.339	18.388	(16.444)	(6.578)	72.705

(a) Contingências cíveis

Atualmente a Companhia é demandada como ré na Ação de Falência no 0165651-25.2012.8.06.0001. A Companhia efetuou o depósito judicial da quantia de R\$ 1.670 em 17 de outubro de 2012. Em 19 de maio de 2014, juntada de depósito judicial elusivo do valor remanescente de R\$ 276. Em 31 de julho de 2014, sentença determinando o levantamento dos valores pela parte autora. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 3.295.

A Companhia é demandada como ré na Ação de Cobrança nº 1031369-59.2018.8.26.0100, trata-se de Ação de Rescisão de Contrato de Locação de Bens Móveis cumulada com Reintegração de Posse e Cobrança de Aluguéis, ajuizada por União Comercial Barão – UCB em face da TLISA. Ação em fase de recurso e considerada pelos advogados da Companhia como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 8.220.

A Companhia ajuizou processo de arbitragem para que a CNO – Construtora Norberto Odebrecht arcasse com valores devidos do Contencioso da Aliança por força da cláusula 3.2 do “Instrumento Particular de Transação, Distrato e Outras Avenças”, celebrado entre a TLISA e a CNO em agosto de 2013, no contexto de encerramento da arbitragem CCI 18869/CA. A CNO, por sua vez, apresentou reconvenção alegando descumprimento da regra da cláusula 3.2 da Transação por parte da TLISA, e requerendo a condenação da Companhia a restituir-lhe valores decorrentes de bloqueio em conta. Em 21 de julho de 2021, foi proferida Sentença Arbitral Final que condenou a TLISA. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 41.144.

A Companhia é demandada como ré na Ação de Cobrança nº 0043052-48.2019.8.17.2001 ajuizada pela Agilis Mineração, Britagem e Reciclagem Ltda, trata-se de cumprimento de sentença referente a ação de cobrança ajuizada em 2016, com base em cobranças de contratos supostamente não honrados pela TLISA e pela CNO, entre os anos de 2010 e 2011, relativos à extração, mineração e

Notas Explicativas

beneficiamento de minerais junto às obras de construção da Ferrovia Transnordestina. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 5.380.

Existem outros processos com risco provável de perda, no montante provisionado de R\$ 9.845.

(b) Contingências trabalhistas

São processos, principalmente, provenientes de reclamações de ex-colaboradores de construtoras contratadas, na região de Salgueiro, Araripina, Serra Talhada, Petrolina e Arcoverde. O montante provisionado corresponde a R\$ 12.032.

(c) Contingências ambientais

A companhia é demandada como ré na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal do PI nº 0001635-08.2016.4.01.4004, a qual requer a paralisação das obras referente ao trecho Eliseu Martins-Trindade em razão de supostos impactos não mitigados/compensados que estariam sendo causados às comunidades quilombolas do Contente e Barro Vermelho (São Raimundo Nonato/PI). Foi realizado depósito judicial para reparação das casas danificadas, conforme determinado em sentença, no montante de R\$ 1.000. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 160.

Ações de risco possível

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 193.209 (R\$ 182.020 em 31 de dezembro de 2022), para os quais nenhuma provisão foi constituída, uma vez que representam obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações de cobrança de fornecedores contra construtoras contratadas e TLSA, ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho, verbas rescisórias trabalhistas e execuções fiscais.

Quadro resumo dos processos avaliados como de risco possível:

Natureza da ação	Quantidade	Valor de risco possível em 30/09/2023
Cível	47	96.687
Trabalhista	8	4.509
Tributário	21	76.323
Ambiental	11	15.690
Total	87	193.209

Abaixo as principais causas:

Cível

- a) Ação Ordinária de cobrança na esfera cível, processo nº 0130901-89.2015.8.06.0001, em curso na 5ª Vara Cível da comarca de Fortaleza (CE), visa o ressarcimento de prejuízos decorrentes de descumprimentos de obrigações contratuais quanto ao pagamento dos serviços prestados. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 30 de setembro de 2023 é no montante de R\$ 5.793 (R\$ 5.596 em 31 de dezembro de 2022).
- b) Ação de Cobrança processo nº 0147001-51.2017.8.06.0001, em curso na 09ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, proposta pela empresa Arcadis, visa a cobrança de medições não pagas e descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 30 de setembro de 2023 é no montante de R\$ 2.707 (R\$ 2.615 em 31 de dezembro de 2022).
- c) Ação de Cobrança na esfera cível, processo nº 0030705-50.2015.8.26.0100, proposta pela empresa BRCON (locação de equipamentos) visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira

Notas Explicativas

de risco possível, na data base de 30 de setembro de 2023 é no montante de R\$ 37.353 (R\$ 36.087 em 31 de dezembro de 2022).

- d) Ação Ordinária de Cobrança cumulada com perdas e danos na esfera cível, processo nº 0005819-17.2015.8.10.0040, em curso na 1ª Vara Cível da comarca de Imperatriz (MA), proposta pela empresa REINAR, visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 30 de setembro de 2023 é no montante de R\$ 24.911 (R\$ 24.066 em 31 de dezembro de 2022). Este processo está em fase inicial e o valor da estimativa refere-se ao montante pedido pela autora. Acatada exceção de incompetência para remessa dos autos para a comarca de São Paulo/SP.
- e) Ação Monitória processo nº 0217869-25.2015.8.06.0001, em curso na 26ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, proposta pela empresa Arcadis, visa a cobrança de medições não pagas e descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 30 de setembro de 2023 é no montante de R\$ 4.936 (R\$ 4.768 em 31 de dezembro de 2022).

Trabalhista

- a) Ação Civil Pública nº 0001209-15.2015.5.22.0107, em curso na vara do trabalho de Oeiras/PI, proposta pelo Ministério Público – PRT/22ª Região em face de Construtora Monttauro, CRW Serviços e Escavações, CIVILPORT e TLSA (responsabilidade subsidiária), em razão de denúncia realizada pelo SINTEPAV, sindicato responsável pelos trabalhadores nas indústrias da construção de estrada, pavimentação de obras de terraplanagem em geral, no Estado do Piauí, de que as empresas CRW e Monttauro haviam demitido todos os empregados ligados a esta obra, sem pagar-lhes as verbas rescisórias devidas. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 30 de setembro de 2023 é no montante de R\$ 2.975 (R\$ 2.789 em 31 de dezembro de 2022).

Tributário

- a) Execuções Fiscais nº 0001396-16.2012.8.17.0560 para cobrança de suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre execução de obras cíveis da construção da Ferrovia Transnordestina nos limites do município de Custódia-PE. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 30 de setembro de 2023 é de R\$ 27.883 (R\$ 26.138 em 31 de dezembro de 2022).
- b) Execução Fiscal nº 0000397-49.2012.8.17.1470 ajuizada pelo Município de Terra Nova/PE, objetivando a cobrança de suposto crédito tributário de ISS. Processo suspenso até o julgamento de Embargos à Execução. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30 de setembro de 2023 o montante de R\$ 4.478 (R\$ 4.197 em 31 de dezembro de 2022).
- c) Ação Anulatória nº 0050680-86.2021.8.06.0041 que tem como objetivo desconstituir o AI nº 01/2019 do Município de Aurora o qual levanta a cobrança de suposta ausência de recolhimento de ISSQN no contrato firmado entre a TLSA e Construtora Marquise. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 30 de setembro de 2023 é de R\$ 8.140 (R\$ 7.833 em 31 de dezembro de 2022).
- d) Execução Fiscal nº 0804738-05.2019.4.05.8100 para cobrança de débito que está relacionado ao processo administrativo de nº 50500.189430/2015-93 (multa pela não conclusão do TS - Salgueiro/PE a Trindade/PI no prazo previsto em contrato), com dívida no valor de R\$ 3.893.042,74, com CAD nº 4.006.008552/19-13. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 30 de setembro de 2023 é de R\$ 5.206 (R\$ 4.773 em 31 de dezembro de 2022).
- e) Execução Fiscal nº 0804734-65.2019.4.05.8100 para cobrança de débito que está relacionado ao processo administrativo nº 50500.431931/2016-69 (descumprimento de prazo para conclusão de obras dos trechos SPS e EMT) com dois Autos de Infração (nº 23 e 24/2016/GPFER/SUFER) possuindo com valor da dívida o montante de R\$ 2.491.266,72, com CDA de nº 4.006.008550/19-98 e (b) 50500.431931/2016-69 – dívida no valor de

Notas Explicativas

R\$ 2.491.266,72, com CDA nº 4.006.008549/19-17. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 30 de setembro de 2023 é de R\$ 6.664 (R\$ 6.109 em 31 de dezembro de 2022).

14. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

a) Saldos com partes relacionadas

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas diretas e indiretas, cujos saldos em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão listados a seguir:

	CSN -		30/09/2023	31/12/2022
	Companhia Siderúrgica Nacional	FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.		
Ativo				
Contas a receber	37	-	37	36.646
Passivo				
Adiantamento para futuro aumento de capital (a)	1.705.332	-	1.705.332	1.484.759
Contrato de mútuo (b)	1.506.783	97.450	1.604.233	1.366.897
Resultado				
Receitas com serviços compartilhados (c)	-	4.110	4.110	3.719
Despesas com cessão predial	-	(1.059)	(1.059)	(918)
Total resultado	-	3.051	3.051	2.801

- (a) Valores recebidos como adiantamento para custear o volume mínimo das operações da companhia.
- (b) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto às partes relacionadas possuem prazo médio de dois anos, com renovação automática, e com incidência média de juros variáveis, sendo: CDI + 4%, 110,73% do CDI e IOF.
- (c) Serviços Compartilhados e outros – Representado substancialmente por valores a receber referente ao rateio de gastos administrativos, nos termos do contrato de serviços compartilhados firmado entre as partes, além de saldos a receber por reembolso de despesas.

Movimentação com partes relacionadas

	AFAC com CSN	Mútuo com CSN	Mútuo com FTL	Total
Saldo 31/12/2022	1.484.759	1.273.271	93.626	2.851.656
Adições/ Liberações	220.574	100.000	-	320.574
IOF	-	1.912	-	1.912
Atualização financeira	-	131.600	8.484	140.084
Amortização principal	-	-	(1.622)	(1.622)
Amortização juros	-	-	(2.582)	(2.582)

Notas Explicativas

IR	-	-	(456)	(456)
Saldo 30/09/2023	1.705.333	1.506.783	97.450	3.309.566

b) Pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do conselho de Administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir informações sobre remunerações acumuladas no semestre findo em 30 de setembro de 2023 e de 2022:

	30/09/2023	30/09/2022
Benefícios de curto prazo para administradores	5.714	3.829

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2023, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 55.963.093 ações nominativas (55.963.093 em 31 de dezembro de 2022), no valor de R\$ 3.579.759 (R\$ 3.579.759 em 31 de dezembro de 2022), sendo 28.313.622 ações ordinárias e 27.649.471 ações preferenciais (28.313.622 ações ordinárias e 27.649.471 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2022), sem valor nominal.

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 160.000.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 80.000.000 de ações ordinárias, 30.000.000 de ações preferenciais classe "A" e 50.000.000 de ações preferenciais classe "B".

Em 30 de setembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme quantidade de ações distribuída abaixo:

	30/09/2023 e 31/12/2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	26.382.163	501.789	26.883.952
BANCO FIBRA S/A	-	355	355
IBIS PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	-	741	741
BNDES Participações – BNDESPAR	208.743	3.223.271	3.432.014
BNDES	-	4.318.334	4.318.334
FINAME	-	918.906	918.906
INFRA S.A.	1.722.716	18.686.075	20.408.791
Total	28.313.622	27.649.471	55.963.093

b) Reservas

- **Reserva legal**

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei No. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- **Dividendos**

Um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos, sendo que não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

Resultado por ação

Notas Explicativas

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no período findo em 30 de junho de 2023 e de 2022 conforme o quadro abaixo:

Prejuízo básico por ação	Ordinárias	Preferenciais	30/09/2023	30/09/2022
Prejuízo do período			(37.258)	(49.370)
Quantidade de ações média ponderada durante o período (*)	28.313.622	27.649.471	55.963.093	52.199.511
Resultado por ação – básico e diluído (por lote de mil ações)			(0,6658)	(0,9458)

(*) Instrumentos antidiluidores.

Os instrumentos abaixo relacionados diminuem os prejuízos por ação básicos, por isso não foram incluídos no cálculo do prejuízo por ação diluído. Como consequência, a quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico.

	30/09/2023	30/09/2022
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:		
Debêntures	63.902	58.837

16. Despesas por natureza

Despesas administrativas e gerais	01/07/2023 30/09/2023	01/01/2023 30/09/2023	01/07/2022 30/09/2022	01/01/2022 30/09/2022
Folha de pagamento	(4.107)	(11.673)	(4.605)	(8.563)
Material	(20)	(55)	(23)	(42)
Serviço	(1.055)	(3.016)	(1.001)	(2.929)
Depreciação	(2.562)	(7.679)	(2.560)	(7.679)
Total	(7.744)	(22.423)	(8.189)	(19.213)
Outras receitas (despesas) operacionais				
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(74)	(6.875)	39	(13.158)
Multas	(143)	(423)	(138)	(416)
Outras receitas (despesas)	(1.017)	(1.264)	(807)	(899)
Provisão (reversão) para perda de estoque	23	688	1.127	3.196
Total	(1.211)	(7.874)	221	(11.277)

17. Resultado financeiro

	01/07/2023 30/09/2023	01/01/2023 30/09/2023	01/07/2022 30/09/2022	01/01/2022 30/09/2022
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	918	1.943	749	2.210
Juros ativos	37	239	45	112
Outros (a)	1.120	7.450	512	1.849
Total	2.075	9.631	1.306	4.171

Notas Explicativas

- (a) A Companhia realizou atualização da SELIC no primeiro semestre de 2023, correspondente ao pedido de PERDCOMP saldo negativo de IRPJ referente aos anos de 2018 a 2021.

Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (a)	(2.872))	(8.803)	(3.252)	(9.920)
IOF	(14)	(93)	(28)	(34)
Comissões de fianças bancárias	(663)	(1.982)	(2.419)	(6.962)
PIS e Cofins sobre receitas financeiras	(305)	(1.072)	(238)	(624)
Juros e multa	(2.670)	(2.744)	(2.938)	(4.383)
Outros	(616)	(1.898)	(249)	(1.128)
Total	(7.140)	(16.592)	(9.124)	(23.051)
Resultado financeiro	(5.065)	(6.961)	(7.818)	(18.880)

- (a) Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 9 e 11 os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado, foram capitalizados. O saldo remanescente no resultado refere-se a financiamentos obtidos de terceiros não relacionados com imobilizado e para capital de giro referente a obras já encerradas.

18. Instrumentos financeiros

a) Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

	30/09/2023	31/12/2022
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.543	1.164
Depósitos judiciais	10.714	10.668
Total	12.257	11.832
Aplicação financeira	8.556	121.959
Total	20.813	133.791

Notas Explicativas

Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	30/09/2023					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos	459.564	24.507	34.200	53.220	159.770	187.867
Debêntures	5.631.087	-	78.836	81.063	174.216	5.296.972
Partes relacionadas	1.604.233	-	-	1.604.233	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	59.528	59.528	-	-	-	-
Total	7.754.412	84.035	113.036	1.738.516	333.986	5.484.839

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	31/12/2022					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos	494.135	24.639	33.160	51.573	159.128	225.635
Debêntures	5.423.787	-	84.125	73.153	242.142	5.024.367
Partes relacionadas	1.366.897	-	-	1.366.897	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	61.550	61.550	-	-	-	-
Total	7.346.369	86.189	117.285	1.491.623	401.270	5.250.002

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 30 de setembro de 2023 pelo custo amortizado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Notas Explicativas

c) Riscos operacionais

Com a cisão dos ativos e passivos operacionais referentes à Malha I, a Companhia se encontra em fase de implantação, com prazo para início das operações atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis. Neste período, poderá estar sujeita ao aumento nos custos operacionais, como energia elétrica e combustível, de forma desproporcional ao aumento dos preços de venda que espera praticar no fechamento de contratos com seus clientes.

Como ferramenta de controle, a Administração elabora orçamento anual e plurianual, bem como revisa periodicamente as premissas adotadas na elaboração do plano de negócios, de modo a identificar antecipadamente situações que possam impactar negativamente em suas operações, bem como adotar medidas preventivas que lhe permitam assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia em curto, médio e longo prazo.

d) Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro Nota Explicativa nº 18 (a).

e) Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre empréstimos e sobre as aplicações financeiras atreladas a essa taxa e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	30/09/2023	31/12/2022
Ativos em CDI	10.321	123.397
Passivo em CDI	1.604.233	1.366.897
Passivos em TJLP	5.866.121	5.670.843

A Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 93,88% do CDI à taxa de 12,57% a.a., com 110,73% do CDI à taxa de 14,98% a.a., com CDI mais 4% à taxa de 17,56% a.a. e TJLP à taxa de 7,21% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Notas Explicativas

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o período findo em 30 de setembro de 2023, conforme cenário demonstrado acima:

Varição positiva	Risco	Cenário 1 (provável)	Cenário 2 (variação de 25%)	Cenário 3 (variação de 50%)
Transação				
Empréstimo em TJLP	5.866.121	TJLP a 7,21%	TJLP a 5,41%	TJLP a 3,61%
Despesa financeira		(422.947)	(317.357)	(211.767)
Empréstimo em CDI (110,73%)	97.449	CDI a 14,98%	CDI a 11,24%	CDI a 7,49%
Despesa financeira		(14.598)	(10.953)	(7.299)
Empréstimo em CDI (+4%)	1.506.784	CDI a 17,56%	CDI a 13,17%	CDI a 8,78%
Despesa financeira		(264.591)	(198.443)	(132.296)
Aplicações financeiras em CDI (93,88%)	10.321	CDI a 12,57%	CDI a 15,71%	CDI a 18,86%
Receita financeira		1.297	1.621	1.957
Varição negativa	Risco	Cenário 1 (provável)	Cenário 2 (variação de 25%)	Cenário 3 (variação de 50%)
Transação				
Empréstimo em TJLP	5.866.121	TJLP a 7,21%	TJLP a 9,02%	TJLP a 10,82%
Despesa financeira		(422.947)	(529.124)	(634.714)
Empréstimo em CDI (110,73%)	97.449	CDI a 14,98%	CDI a 18,73%	CDI a 22,47%
Despesa financeira		(14.598)	(18.252)	(21.897)
Empréstimo em CDI (+4%)	1.506.784	CDI a 17,56%	CDI a 21,94%	CDI a 26,33%
Despesa financeira		(264.591)	(330.588)	(396.736)
Aplicações financeiras em CDI (93,88%)	10.321	CDI a 12,57%	CDI a 9,43%	CDI a 6,29%
Receita financeira		1.297	973	649

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, pela sua Administração, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações financeiras intermediárias, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia possui cobertura de seguros contra responsabilidade civil, com o limite máximo de indenização de R\$ 50.000 e seguro para obras civis com o limite máximo de indenizações de R\$ 500.000, ambos com vigência até fevereiro de 2027.

Notas Explicativas**20. Transações que não afetaram caixa**

	30/09/2023	30/09/2022
Ativo imobilizado		
Encargos capitalizados (financiamentos)	21.062	21.772
Encargos capitalizados (debêntures)	337.349	299.343
Encargos capitalizados (mútuo)	141.996	111.917
Fianças capitalizadas	6.527	8.737
Rendimentos capitalizados	(11.647)	(8.453)
Provisão para fornecedores (imobilizado)	(5.378)	5.676
Reconhecimento de provisões para riscos capitalizadas	(130)	(1.041)
Apropriações de despesas antecipadas de seguros capitalizadas	3.934	3.933
Demais áreas		
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	(43)	(16.444)
Compensação de Partes Relacionadas a pagar com mútuos a receber	4.204	7.630
Compensação entre contas a pagar e contas a receber	1.406	2.005

Notas Explicativas

* * *

Tufi Daher Filho
Diretor Presidente

Edison Pinto Coelho
Diretor de Planejamento e Engenharia

Humberto Augusto Mota da Silva
Diretor de Relação com Investidores e Diretor de
Administração e Finanças

Marcelo Cunha Ribeiro
Conselheiro

Alex Augusto Sanches Trevisan
Conselheiro

Bruno Tetner
Conselheiro

Arno Schwarz
Conselheiro

Marcelo Cicerelli Silva
Conselheiro

Yoshiaki Nakano
Conselheiro

Leandro Noronha Almeida
Conselheiro

Glauton Fernandes Guimarães
CRC CE nº 026220/O-3
Contador Responsável

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Transnordestina Logística S.A.
Fortaleza – CE

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Transnordestina Logística S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Financeiras Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de setembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Recife, 09 de novembro de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-001.408/F-3

Alcides Afonso Louro Neto
Contador CRC 1SP-289.078/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na qualidade de Diretores Executivos da Transnordestina Logística S.A., declaramos nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que analisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023.

Fortaleza, 09 de novembro de 2023.

Tufi Daher Filho
Diretor Presidente

Humberto Augusto Mota da Silva
Diretor de Relação com Investidores e Diretor de Administração e Finanças

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Na qualidade de Diretores Executivos da Transnordestina Logística SA, declaramos nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item V, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que analisamos, discutimos e concordamos com os termos do parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras do trimestre findo em 30 de setembro de 2023.

Fortaleza, 09 de novembro de 2023.

Tufi Daher Filho
Diretor Presidente

Humberto Augusto Mota da Silva
Diretor de Relação com Investidores e Diretor de Administração e Finanças